

A pobreza segundo o Ipea

Não se discute o poder da informação, sendo certo que, bem manipulada, pode transformar números relativos em verdades absolutas. Foi justamente o que aconteceu na edição de 6 de agosto dos principais jornais brasileiros, que noticiaram com destaque que o país passou a ter menos pobres e mais ricos. Segundo um jornal do Rio (primeira página), chegou "a vez da classe média. Estudos mostram que o Brasil exibe nova pirâmide social com menos pobres e mais ricos."

O sonho de qualquer nação é diminuir a pobreza, pois o que confirma o grau de desenvolvimento de um país são seus indicadores sociais e econômicos. Todavia, as pesquisas do Instituto de Economia Aplicada (Ipea) e da Fundação Getúlio Vargas, que serviram de base para a propalada notícia, abrangeram apenas as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Por-

to Alegre. Ou seja, foi avaliada apenas um quarto da população brasileira, segundo informação dos referidos institutos.

Como pode uma pesquisa, limitada a seis capitais, ser categórica em afirmar que a pobreza no Brasil diminuiu, e valendo-se de dados colhidos em apenas 25% da população? Ironicamente, conforme destacou outro jornal do mesmo dia (p. 7), "Recife e Salvador apresentaram as maiores taxas de pobreza: Recife com 43,1% e Salvador com 37,4%."

Vê-se que justamente as duas cidades fora do eixo Sul-Sudeste exibiram o menor grau de diminuição da pobreza. Nessas condições, como não foram incluídas na pesquisa as demais capitais do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte do país, regiões historicamente menos desenvolvidas, não se pode afirmar, com tanta ênfase, que tenha ocorrido a sonhada diminuição da desi-

gualdade social.

Os números apresentados são risíveis, pois o Ipea define como pobre quem tem renda per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (R\$ 207,50). Ora, pobre é quem consegue suprir com dignidade suas necessidades mínimas (alimento, habitação, vestuário, saúde, educação, transporte etc.), o que é impossível de se alcançar até mesmo com o salário mínimo vigente, de R\$ 415.

Quem ganha R\$ 207,50 deveria ser considerado miserável, na medida em que não dá para suprir as necessidades fundamentais de uma única pessoa, ainda mais quando o custo dos alimentos da cesta básica subiu 14,8% em um ano, como divulgou a Associação Brasileira de Supermercados (Abras).

Como se não bastasse, também os aluguéis terão reajustes acima de 15%, na medida em que a maioria dos contratos de locação tem como base

o IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

Em patamares reais, quem ganha menos que um salário mínimo deveria ser considerado indigente. Mas, de acordo com a pesquisa, o adjetivo se aplica apenas a quem tem renda per capita até R\$ 103,75, isto é, um quarto do salário mínimo.

Tais números servem para comprovar como um pensamento pode ser manipulado, conduzindo à crença de que tudo vai bem no país. Mas o que se vê nas ruas são crianças sem escola, obrigadas a trabalhar ao lado de idosos, em meio à violência crescente. Assim, temos o perfeito retrato de que tudo vai mal, independentemente da força da propaganda.

Jorge Rubem Folena de Oliveira

Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros e da Sociedade Brasileira de Geografia.